



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA**

ANDRÉ MARCOS DE SOUZA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**

**MONTEIRO- PB
2019**

ANDRÉ MARCOS DE SOUZA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras- Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras.

Área de Concentração: Educação Especial

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Melânia Nóbrega Pereira de Farias

**MONTEIRO- PB
2019**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658e Araújo, André Marcos de Souza.

Educação inclusiva como um direito humano [manuscrito]:
uma análise da educação inclusiva no município de Monteiro- PB
/ André Marcos de Souza Araújo. - 2019.

47 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Exatas , 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Melânia Nóbrega Pereira de Farias ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHE."

1. Educação inclusiva. 2. Direitos humanos. 3. Formação de
professores (Educação especial). 4. Atendimento Educacional
Especializado (AEE). I. Título

21. ed. CDD 371.9

ANDRÉ MARCOS DE SOUZA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras- Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras.

Área de Concentração: Educação Especial

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Melânia Nóbrega Pereira de Farias

Aprovada em: 22/11/19.

BANCA EXAMINADORA

Melânia N.P. Farias

Prof^a. Melânia Nóbrega Pereira de Farias (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Adeilson da Silva Tavares

Prof. Adeilson da Silva Tavares

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Guthemberg Cardoso Agra de Castro

Prof. Guthemberg Cardoso Agra de Castro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A luz dos meus olhos minha filha Maitê Nóbrega, a
minha mãe Maria José e minha Irmã Halana Rayla.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço por todas as dificuldades que passei na vida. Elas foram grandes adversárias, mas que tornaram minhas vitórias muito mais saborosas.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela pela qual hoje vislumbro um horizonte superior.

A Professora Melânia Nóbrega Pereira de Farias, pela orientação, apoio e confiança.

Meus agradecimentos a minha amiga Maria Leonária, por toda a ajuda e apoio durante este período tão importante da minha formação acadêmica e que vão continuar presentes em minha vida com certeza. E ao amigo André Viana que me ajudou nos últimos momentos de escrita cedendo seu espaço, paz e tranquilidade.

A minha irmã Halana Rayla por acreditar no meu sonho e me dar forças todos os dias, me ajudar sempre que possível, me orientar quando estava perdido e me dar forças quando pensei várias vezes em desistir.

Agradeço à minha mãe Maria José que sempre esteve ao meu lado e foi a minha maior incentivadora, fortaleza, refugio. A ela que batalhou por anos para proporcionar a melhor educação para seus filhos.

OBRIGADO!

“A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela, ativista dos direitos civis sul-africano

RESUMO

Este trabalho trata da Educação Inclusiva como um direito humano e a formação de professores. Assim, foi o objetivo principal sondar como vinha sendo realizada a inclusão no município de Monteiro-PB, como também, buscou-se identificar as concepções de ensino aprendizagem em relação a inclusão social dos envolvidos, analisar a historicidade das pessoas com deficiência ao longo dos séculos e verificar se a inclusão no sistema educacional monteirense atende aos ditames do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Participaram deste estudo 3 famílias (sendo compostas por um pai, uma mãe e uma mãe solteira), uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma professora e uma coordenadora do Núcleo de Assistência Psicossocial Educacional (NAPSE). Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas à medida que os participantes se sentissem à vontade para participar. Os resultados apontaram que mudanças no sentido de aplicar as leis vigentes e também do ensino aprendizagem vem sendo feitas. Tratando de uma pesquisa Survey-39 e um estudo qualitativo, a pesquisa mostrou que a concepção de ensino e escola inclusiva caminham em direção a teoria. Os educadores acreditam ser possível a inclusão escolar dessas crianças por acreditarem na eficácia das salas especializadas do AEE e do apoio do NAPSE, os pais também percebem maior rendimento escolar dos seus filhos e a melhoria no seu desenvolvimento em nível social, ou seja, a escola regular do município está preparada, e sempre se adequando a diversas deficiências buscando melhorias para o seu desenvolvimento. É um direito humano que todo individuo tenha direito as mesmas oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolver suas capacidades e exercer a cidadania, fazendo com que desse modo venha a se integrar completamente ao meio social. O município mostrou-se preparado e amparado por uma boa infraestrutura e professores capacitados para receber os educandos com deficiência e para o seu pleno desenvolvimento, podendo assim se desenvolver e integrar-se a vida escolar e social.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Ensino. Aprendizagem. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This work refers to Inclusive Education as a human right and the teacher's formation. Therefore, the main objective was to probe how inclusion was being realized in Monteiro city - PB, and also tried to identify the concepts of teaching and learning in relation to the social inclusion of those involved, to analyze the historicity of people with disabilities over the centuries and to verify if inclusion in the Monteiro city educational system attends the precepts of the National Plan for Human Rights Education. Three families participated in this study. (composed by a father, a mother and a single mother), a teacher of the Specialized Educational Service (SES), a teacher and a coordinator of the Educational Psychosocial Assistance Center (EPAC). Were used Semi-structured interviews according to participants felt comfortable to participate. The results showed that changes in the sense of applying the current laws and also of teaching and learning have been made. Whereas the Survey-39 research and a qualitative study, the research showed that the conception of inclusive teaching and school is moving toward theory. The Educators believe that it is possible to include these children in school because they believe in the effectiveness of SES and EPAC classrooms, the parents also noted the higher school performance of their children and the improvement in their development on social level, this way the regular school of the city is prepared, and always adapting to a lot of disabilities looking for improvements for their development. It is a human right for every individual to be entitled to the same opportunities to acquire knowledge, develop their skills and exercise citizenship, this way making them fully integrated into the social environment. The city sounds prepared and supported by a good infrastructure and teachers able to receive students with disabilities and to their full development, being able this way to develop and integrate school and social life.

Keywords: Inclusive Education. Teaching. Learning. Human Rights.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 VISÃO HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	18
2.1 Fases de atendimento de pessoas com deficiência	22
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO HUMANO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	27
5 ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB	34
5.1 Caracterização dos espaços	36
5.2 Analisando a questão da inclusão no Sistema Educacional de Monteiro.....	36
5.3 Vida Familiar.....	38
5.4 Inserção no cotidiano social e escolar	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	45
APÊNDICE B	46
APÊNDICE C	47

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da Educação Inclusiva na contemporaneidade, busca por uma educação de qualidade, colocando-a como um direito fundamental do ser humano. Baseando-se no objetivo de que TODOS tem direito a educação, permitindo as pessoas o direito e o acesso à educação de forma igualitária.

Valorizar as diferenças na educação resulta no que podemos chamar de transformação cultural de práticas e de políticas, na escola e nos sistemas, fazendo com que venha a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem haver retenção do aluno ou isolamento.

Podemos dizer inicialmente que antes de pensarmos em uma educação inclusiva, é preciso que se pense/adote, um conceito amplo, global de diversidade humana.

Olhando para o histórico da educação inclusiva, é possível observar que o índice de exclusão era exorbitante: historicamente as pessoas com deficiência foram excluídas das práticas de ensino, e hoje a inserção, inclusão desses alunos na escola comum/regular, provoca uma transformação nos modelos e práticas educacionais sistematizadas e predominantes.

Podemos colocar a criança com ou sem deficiência interagindo no mesmo espaço de ensino aprendizagem, e com isso, observar dois pontos onde se inicia uma forma de pensar na participação conjunta, sendo eles: Ajudar a elaborar elementos de ensino/aprendizagem que possibilitam prestar atenção uns aos outros, partilhando e participando da mesma experiência; a segunda, o professor ao propor uma atividade em que permite que haja esse compartilhamento de participação do outro, permite vivenciar esta experiência a partir de diversos pontos de vista, a partir da diversidade.

Os estudantes, as famílias, os espaços desses alunos com deficiência acabam por deter um conhecimento onde se devem ser valorizados na contribuição desse processo de ensino aprendizagem, sabendo que desta maneira, o ensino se torna mais efetivo através de atividades que este estudante já vivencia.

O conhecimento de mundo do aluno com deficiência também é importante, e isso ajuda o professor na hora do seu planejamento de aula, pois isso faz com que diminua a distância entre os alunos e o objeto de aprendizado, ou seja, as práticas de ensino entre o aluno e o professor.

A resignificação das atividades e a mudança de concepção simplifica a elaboração de atividades e tarefas do aluno que exige a participação de todas(os). Adaptar o material e as atividades usando os recursos disponíveis também é um caminho pensando sempre no desenvolvimento de todo o potencial do aluno.

Encontrar meios para incluir e aproximar as famílias da escola jamais serão atividades que se contradizem. Na verdade, isto faz parte desse processo onde se deve definir modos de aproximar essas famílias do cotidiano escolar, deve-se saber que são essas famílias que carregam as experiências dos desafios enfrentados e das barreiras que já foram superadas.

Este é um trabalho de conclusão de curso sobre a inclusão das pessoas com deficiência, estas que historicamente vem se deparando com barreiras e obstáculos, gerando a sua exclusão da plena participação dos espaços ¹normais², que deveriam ser comuns a estas pessoas. Pessoas que estão sendo ignoradas pela força do costume, pois nós nos acostumamos com as barreiras sem acesso, com o preconceito, com a zona de conforto que criamos a nossa volta, zona de conforto está traduzida pela cronista, poeta e jornalista Marina Colasanti em **“Eu sei, mas não devia”**:

... Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.
A gente se acostuma a morar em apartamento de fundos
e a não ter outra vista que não seja as janelas ao redor.

E porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora.
E porque não olha para fora logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas.
E porque não abre as cortinas logo se acostuma acender mais cedo a luz.
E a medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude. (1996, p. 09).

Trabalhar ou estudar em um lugar não inclusivo é se acostumar a isso, criar uma zona de conforto, é viver em um lugar que está permanentemente em falta. Quando uma pessoa é excluída, toda sociedade perde. Perdemos um ambiente possibilitado de pluralidade, com mais pontos de vista, com mais diferenças e singularidades. Não iremos aqui discutir apenas expressões, ou como a pessoa com deficiência foi excluída historicamente. Nossa discussão englobará lutas, direitos, leis, um acumulo de batalhas que fizeram surgir e proteger o direito

¹ Normal é um adjetivo que qualifica **algo como comum, regular e usual**, significando que não foge aos padrões ou a norma.

² Normal também pode representar a natureza sadia e natural de algo, que não apresenta defeitos ou particularidades, como problemas físicos ou mentais

da inclusão. Deve-se entender que o uso desta, por si só, já provoca uma reflexão sobre nossas posturas. Juntos podemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A inovação da inclusão escolar requer dos nossos profissionais um esforço para que seja feita uma modernização e reestruturação dos sistemas de ensino das nossas escolas. Desde o ensino básico, ao nos depararmos com as dificuldades de nossos alunos, e assumi-las, devemos nos colocar como verdadeiros educadores e trazermos metodologias para inovar e facilitar o processo de aprendizagem dos estudantes. Desse modo, as dificuldades deixam de ser apenas deles, e passam a serem refletidas, em grande parte, como a forma que o ensino está sendo ministrado, analisando como a aprendizagem está sendo concebida e avaliada.

Segundo Mantoan (2003, p.10), mudar a escola exige tarefas fundamentais como:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições sem exceções

Estes aspectos pontuados por Mantoan mostram claramente que os sistemas de ensino requerem uma reformulação, ou seja, uma mudança nos métodos de ensino, assim como a criação de estratégias que facilitem o processo de ensino/aprendizagem, podendo ser utilizado, por exemplo, o ludismo como uma forma de aprender brincando. É preciso, ainda, refletir sobre a ótica inclusiva, pois, apesar de sabermos que as discussões entre os conceitos de inclusão e integração vem sendo centro dos debates há anos, na prática, sua execução ainda apresenta entraves e limitações.

Segundo a primeira versão da tradução da Declaração de Salamanca que foi disponibilizada no Brasil em 1994 reeditada em 1997 onde o país se caracterizava por um contexto político democrático e os grupos sociais começavam a ter força, temos a disseminação da Educação Especial e do pensar sobre a integração da pessoa com deficiência na escola comum (BRASIL, 1994).

Na versão hoje disponível no site do Ministério da Educação, pode-se observar investimentos na educação também profissional e tecnológica e no ensino superior consolidando o verdadeiro significado da educação para todos, pois que isso ainda possibilitará ao cidadão sua inserção no mercado de trabalho.

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial. (BRASIL, 1994, p.1)

Segundo a Declaração de Salamanca, organizada com a cooperação da UNESCO em 1994, com o objetivo de estruturar as ações em relação à educação especial. Vale ressaltar que a inclusão escolar da criança com deficiência, ou necessidades específicas de ensino, foi um direito pautado e proclamado na Declaração Universal de Direitos humanos, sendo reconfirmado pela Declaração Mundial de uma Educação para Todos. Desse modo, ficou declarado que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).

Desse modo, ao observar-se a Declaração de Salamanca, é possível ter uma visão sobre o que deve ser a inclusão, sendo revelado um contexto amplo de ensino, não focando apenas em uma minoria. Fazendo-se valer, pois, o processo de inclusão que a Declaração nos traz, a inclusão social não atinge apenas um determinado grupo, mas sim, a todos. Voltar nossos olhares à práticas inclusivas é entender que a inclusão não é somente questão única para deficientes, mas sim para todas as pessoas que se encontrem em situações de exclusão, desfavorecidas educacionalmente.

Tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial, Correia (2014, p.13) pontua que

Construir uma sociedade inclusiva é um processo de suma importância para o desenvolvimento e preservação de um Estado democrático. Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida [...]

Com isso, é preciso identificar como a deficiência e a educação devem ser promovidas; como ações de ensino vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos; quais conceitos vêm sendo colocados em prática; quais precisaram passar por alterações e como o docente consegue identificar suas próprias limitações. Segundo Correia (2014, p. 11), conceber a educação é ser orientado pela história, pela cultura; identificar os ambientes nos quais estamos inseridos, entender como os deficientes eram tratados e assim, traçar novas perspectivas com relação a estes e como eles aprendem.

Por conseguinte, buscou-se, nesta pesquisa, analisar o histórico da educação especial e a proposta que se tem para a escola inclusiva, adotando como perspectiva a base histórica da deficiência desde a antiguidade, até os dias de hoje. Buscou-se observar, ainda, a importância da formação docente, que contribui para o desenvolvimento de uma educação voltada para todos e que respeite a dignidade e diversidade das pessoas, além de abordar a trajetória da história da educação no Brasil, desde as fases de atendimento até a atualidade. Por isso, fez-se necessário apresentar alguns conceitos e fundamentos essenciais sobre o que é a educação especial.

Para tanto, houve a necessidade de realizar uma pesquisa de campo, buscando conhecer a concepção dos professores e coordenadores da educação especial no Município de Monteiro-PB, que terá foco nesta investigação. Realizou-se também uma pesquisa, conhecida como *Survey*³ – que segundo Fonseca (2002, *apud* SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 35) é “a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa.” – nas escolas da rede municipal e estadual do referido município, com perguntas abertas para que os futuros leitores venham a entender como a educação inclusiva ocorre no município. Esta é, portanto, uma pesquisa que busca as

³ É a pesquisa que busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas (SANTOS, 1999).

informações sobre um determinado grupo, a fim de buscar contribuições para o ensino da cidade paraibana acima referida.

Por isso, realizamos as entrevistas entre os meses de outubro e dezembro de 2018, onde participaram deste estudo 3 famílias (um pai, uma mãe e uma mãe solteira), uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma professora e uma coordenadora do Núcleo de Assistência Psicossocial Educacional (NAPSE).

A coleta dos dados na pesquisa bibliográfica foi realizada através de livros, documentos impressos e artigos.

Os dados também foram coletados através de entrevistas gravadas e de questionários, tendo como proposta, conhecer a política inclusiva do município. O questionário tanto da entrevista quanto os que foram entregues os professores, coordenadores e diretores foram perguntas abertas, pois o intuito disto, era saber o quanto era entendido sobre a educação inclusiva, visando estabelecer o perfil do docente bem como o desvelamento de sua concepção de ensino-aprendizagem.

Após ler e reler as entrevistas/questionários, voltamos aos nossos objetivos propostos. Não houve a opção de escolher apenas uma pesquisa, pois encontramos sujeitos diferentes, dificuldades diferentes e pensamentos diferentes, acredita-se que todos os dados sejam relevantes para a construção deste trabalho e do perfil tanto da criança como o do professor no município de Monteiro-PB. Temos uma abordagem também qualitativa e uso da análise de conteúdo como ferramenta para análise dos dados, assim como nos propõe Bardin (2011).

Sendo assim, a coleta de dados desta pesquisa ocorreu no ano de 2018 e teve como objetivo buscar entender como estava sendo efetivada, ou não, a educação inclusiva no município de Monteiro-PB.

O momento qualitativo da investigação parte da investigação dos dados que segundo Gerhardt e Silveira (2009) é definida com:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (p. 31).

Os relatos de entrevista oral foram reconstruídos na forma de texto escrito tomando o cuidado de transformar a linguagem usada em uma expressão escrita. Tivemos o cuidado em

dar atenção a forma gramatical de modo que suprisse as repetições, gírias, assim, procurando manter o texto mais próximo do original possível.

Manter o depoimento dos três pais mostra como a educação inclusiva no município funciona de forma homogênea considerando que dois dos alunos tem dislexia.

Quanto aos professores, psicopedagogos e coordenadores, observamos em geral uma fala expressiva, condizente com o tema desta pesquisa, percebe-se o interesse em expor suas ideias, e mostrar como o trabalho é feito de forma significativa.

Das narrativas obtidas separamos algumas partes para a análise, lembrando que foram aplicados questionários a posteriori as entrevistas gravadas organizando a fala dos sujeitos ao redor das seguintes falas: inclusão, vida familiar, inserção, cotidiano escolar e social. Em cada uma dessas categorias foram organizadas subcategorias para sintetizar os depoimentos.

Tendo como base os documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial- MEC; SEESP e de autores como, Mantoan (2003), Correia (2014), Brasil (1971; 1990; 1994; 1996; 2001), Silveira e Córdova (2009), MEC(2005), Rodrigues (2012), entre outros, a pesquisa resgatará a evolução histórica da educação especial, como também, refletirá até que ponto os aspectos teórico-metodológicos das práticas pedagógicas contribuem para o processo de inclusão e formação do professor.

Sendo assim, este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro faremos uma introdução sobre a educação inclusiva, no segundo uma alusão histórica educacional pelo mundo até chegar ao Brasil, englobando as fases do atendimento, como também os principais marcos políticos legais da educação inclusiva. No terceiro trataremos sobre a educação em direitos humanos e um pouco sobre a formação do professor no quarto capítulo, no quinto capítulo intitulado “Atendimento da criança com deficiência no município de Monteiro-PB”, será apontada a importância do NAPSE para a supracitada cidade, e por fim será verificada se a inclusão está sendo feita de maneira satisfatória. No último capítulo, trataremos sobre as discussões acerca do tema, as análises das entrevistas, a discussão desses dados e ainda as possíveis conclusões sobre o processo de inclusão no município.

Ao revisar todos esses depoimentos, não pude deixar de reviver a minha história ainda como estudante de graduação, onde tive a honra de ser monitor coordenador de um projeto de inclusão, onde juntamente com duas equipes trabalhávamos a favor da inclusão de alunos, período em que procurava respostas, caminhos para desenvolvimento profissional e ainda trabalhar com a integração de crianças e adolescentes.

O objetivo geral desse projeto intitulado “Contribuições do Campus VI da UEPB no processo de inclusão: construindo espaços de aprendizagem” era oferecer as crianças portadoras de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, um ambiente rico em atividades de leituras, artes, música, dança. Dando-me a oportunidade de conviver, diretamente, com essas crianças, comprovando a teoria de que, mesmo acompanhadas de limitações, há inúmeras possibilidades para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de cada criança.

2 VISÃO HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Educação Especial no Brasil tem seu reconhecimento no ano de 1988 a partir da Constituição Federal em seu artigo 205 como direito de todos e, também, como dever do Estado e da família, para que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.1). Amparados por essa lei, a não garantia de uma educação voltada para todos, desobedece a Constituição Federal, assumindo uma conduta de violação constitucional e ainda nega aos cidadãos o direito de exercer a sua cidadania.

Para que possamos entender/compreender como foi implantada no Brasil a Educação Especial, temos de conhecer quais caminhos foram trilhados para sua efetivação em relação às pessoas com deficiência. Ao analisar a história do atendimento da pessoa com deficiência e da pessoa com necessidades educacionais especiais é possível observar um paralelo entre a segregação que vem conseqüentemente acompanhada pela exclusão gradativa e sobre diferentes argumentos que irão depender do momento histórico. Com o olhar voltado para o passado, a compreensão que temos é de que as diferentes sociedades tinham perspectivas diferentes sobre a deficiência e com o tempo foram se diversificando.

Neste breve capítulo, que tem como base a cartilha do MEC acerca da visão histórica da educação inclusiva, é possível conhecer como era a forma de pensar, e conseqüentemente de agir, da sociedade em relação à pessoa com deficiência. Segundo o MEC (2005, p.6), deficiência era considerada um fenômeno, enquanto a pessoa com necessidades educacionais especiais como o ser. É possível, ainda, observar as modificações que esses processos tiveram no decorrer do tempo e das condições sócio históricas.

Antes de começar a traçar o desenvolvimento da educação inclusiva, é importante ressaltar que os termos deficiência/deficiente, portador de deficiência/portador de necessidades especiais, surgiram no século XX. Sabendo disso é importante para a leitura desse trabalho e dos movimentos históricos, que quando passarmos a analisar determinados períodos usemos vocábulos que nos dias atuais são considerados incorretos, todavia, para a época, eram os termos considerados adequados.

Ao buscar documentos a respeito da educação especial na antiguidade não se encontram dados concretos ao que se refere à relação da sociedade com a deficiência nas cidades de Roma e Grécia antigas. Entretanto, nada está perdido, pode-se encontrar na literatura da

época, como por exemplo, na Bíblia, textos que permitiram aos pesquisadores conhecer um pouco sobre os procedimentos utilizados e como se organizavam.

Com relação à economia desses países, pode-se apontar que se fundamentava em atividades de produção e de comércio agrícola, pecuário e de artesanato. Por outro lado, a organização fundamentava-se no poder de uma minoria, que estava associada a total exclusão dos demais.

Nesta época tinha-se a existência de dois grupos: o da **nobreza** – senhores que detinham o poder social, político e econômico, e o **populacho** – pessoas consideradas sub-humanas; dependentes economicamente e propriedade dos nobres. (BRASIL, 2005, p. 7). Sabendo disso, pode-se dizer que, ironicamente, era o povo que trabalhava e produzia, enquanto a nobreza usufruía do produto final. Para mais, o homem só tinha valor enquanto trabalhador, à medida que servisse a nobreza.

Neste contexto histórico, a pessoa considerada **diferente**, ou seja, com limitações, sejam elas funcionais ou necessidades diferenciadas – surdez, cegueira, deficiências mentais, deficiências físicas, etc. – eram completamente excluídas por meio do abandono, o que não representava quebra dos valores éticos e morais da época. Ainda segundo o MEC (2005, p.7), “a Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso - a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo de doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses”.

Por isso, pode-se afirmar que no tempo de Jesus Cristo, em relatos do apóstolo Lucas, que o destino das pessoas com deficiência era pedir esmola para sobreviver, Lucas afirma: "Vai já pelas praças e pelas ruas da cidade e traze cá os pobres e os aleijados, e cegos e coxos." Mateus reafirma o que é pregado por Lucas ao afirmar: "E eis que dois cegos que estavam sentados junto à estrada" (BÍBLIA, Lucas, 5:12-14. Marcos, 8:22-26). Já Kanner, em (1964), relatou que para as pessoas com retardo mental, a única ocupação era a de bobo da corte ou palhaço para a diversão dos soberanos e de seus convidados.

O período da Idade Média não foi tão diferente do período da Antiguidade em relação a sua economia, continuou baseada em atividades como: pecuária, artesanato e agricultura. Mas não podemos deixar de mostrar que houve mudanças significativas no cenário político-administrativo da época. Com a chegada do Cristianismo e conseqüentemente com o fortalecimento da Igreja Católica, o período da Idade Média organizou um novo cenário político, o Clero. Para ter-se noção da influência da Igreja, seus membros passaram a assumir cada vez mais poder, social, político e econômico. Desse modo, o MEC (2005, p.10) afirma

que esse poder era proveniente de algo muito maior, que era excomungar, ou seja, negando a entrada aos céus àqueles que desagradassem a Igreja.

Depois de a Igreja Católica assumir poder diante da sociedade, as pessoas consideradas doentes, defeituosas, mentalmente afetadas, não podiam ser mais "exterminadas" já que também eram criaturas de Deus. MEC (2001, p. 4) afirma que, desse modo, as pessoas “eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana”.

Pode-se perceber que nesse período, em relação às pessoas com deficiência, pouco mudou em relação à antiguidade, alguns continuavam sendo "aproveitados", como pontuou MEC (2001), como fonte de diversão, como bobos da corte e qualquer outro tipo de ridicularização. Portanto, pode-se pontuar que em relação a estes dois períodos, Antiguidade e Idade Média, em um, a pessoa diferente não era ao menos considerada como ser humano e no outro a ideia de deficiência passou a ser considerada como sendo sobrenatural.

Apenas no século XIII começaram a surgir instituições para receber pessoas com deficiência mental, como também as primeiras leis que garantiram que estes recebessem os devidos cuidados, inclusive sobre sua sobrevivência. Segundo MEC (2005, p. 9):

A educação, nessa época, tinha duas vertentes de objetivos: uma, de natureza religiosa, visava formar elementos para o clero. Outra, caracterizada por objetivos específicos diferenciados, dependendo do local e dos valores assumidos pela sociedade, variando de formação para a guerra, até a formação para as artes.

Esse modelo de educação e as consequências que ele causou para o funcionamento da sociedade tiveram dois decisivos processos, um com maior tensão e outro com menor: a Inquisição e a Reforma protestante, respectivamente.

O século XVI foi um período marcado pelo surgimento da burguesia e a Revolução Burguesa que não aceitava mais ser controlada e manipulada pelo poder absolutista e pela igreja católica, e foram os responsáveis por implantar e desenvolver uma nova forma de produção, considerada a primeira forma de capitalismo existente denominado capitalismo mercantil. A partir a criação dos Estados Modernos, ao qual passou a realizar uma divisão social do trabalho de forma mais justa, onde o operário passou a ser recompensado pelo seu trabalho.

Ao que se diz respeito às deficiências, foram surgindo novos questionamentos sobre sua origem e suas causas associadas a questões naturais, alguns segmentos importantes da

época tentaram tratar deste assunto tais como: a alquimia, a magia e a astrologia, sendo método da medicina.

O século XVII se tornou promissor para a área da Medicina, que conseguiu evoluir sobre a tese da organicidade, e amadureceu a ideia que afirma que a deficiência surge de um processo natural. Segundo Pessotti (1984, n-p, Apud MEC, 2005, p.13), John Locke propôs, em sua obra *Essay Concerning Human Understanding* (1690), que o homem, ao nascer, é uma tábula rasa, ou seja, um ser humano que não possui conhecimento algum. Segundo o autor, ao decorrer da vida com as vivências e que são preenchidas as lacunas da vida do homem, acaba formando o conhecimento.

Durante o século XVII no Brasil, no período imperial, a atenção à pessoa com deficiência iniciou-se com a criação de internatos, ideia que foi importada da Europa. A primeira instituição foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 12 de setembro de 1854 no Rio de Janeiro através do decreto nº 1.428, do Imperador D. Pedro II. Logo depois tivemos a criação do Instituto dos Surdos Mudos em 26 de setembro de 1857, também no Rio de Janeiro.

Os Institutos atualmente conhecidos como IBC (Instituto Benjamin Constant) e INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), foram criados através da intercessão de pessoas institucionalmente próximas a D. Pedro II, que atendeu às solicitações pelas amigadas que mantinha com essas pessoas. Segundo o MEC (2005, p. 27), durante a época imperial, essa prática de troca de favores, da ação de caridade, instituiu uma espécie de caráter assistencialista que trouxe para a pessoa com deficiência no país o direito a educação especial.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os profissionais que tinham ido estudar na Europa começaram a retornar ao país com a ideia de modernização. Em 1906, as escolas públicas começaram a atender os alunos com deficiência mental. No ano de 1911, em São Paulo, teve-se a criação do Serviço de Higiene e Saúde Pública possibilitando a inspeção médico/escolar, que veio para trabalhar em conjunto com o Serviço educacional em defesa da saúde pública.

Dando continuidade aos eventos, em 1917, foram criadas normas que tinham a função de selecionar os “anormais”, que segundo o MEC (2005, p. 30) na época era a “prevalência à preocupação com a eugenia da raça, sendo o medo de degenerescência e taras, uma questão determinante na área da Saúde Pública”.

Já no século XX a partir da década de 20, tem-se a expansão dessas instituições que receberam os alunos inicialmente; a educação especial passou a ser caracterizada pela

proliferação de entidades de natureza privada e de personalidade assistencial. Ao que se refere à rede pública, em sua fase inicial ela atendeu somente as pessoas com deficiência mental, criou-se dentro desse atendimento uma sistematização para que isso chegasse a funcionar de maneira efetiva, por isso a criação de normas para o atendimento. Para a aceitação dessas pessoas, determinou-se que eles fossem encaminhados primeiramente à educação sanitária, esta que, por sua vez, deveria assegurar que a escola só os aceitasse se estes não atrapalhassem o andamento da escola/classe.

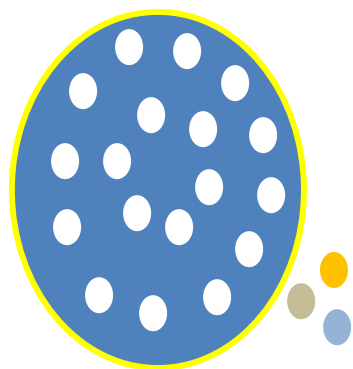
Na década de 50, a criação de entidades para a assistência de pessoas com deficiência continuou, e quanto à rede pública, o número de pessoas a serem atendidas ampliava-se cada vez mais. Com o aumento da demanda, o sistema público passou a oferecer serviços de educação especial nas secretarias de educação e realizar campanhas de conscientização nacional para a educação de deficientes, juntamente com o ministério da educação e da cultura. Já na década de 60, teve o surgimento de centros de reabilitação para todos os tipos de deficientes, tendo como objetivos a integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Na década de 90, o Brasil teve a aceitação política de uma proposta de educação para todos, surgida em Jomtien, Tailândia, o que, segundo o MEC (2005, p. 32) possibilitou assumir um compromisso claro de que o país se comprometia a fazer uma profunda transformação no sistema educacional, fazendo com que, passasse a acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições.

2.1 Fases de atendimento de pessoas com deficiência

Os ambientes educacionais desenvolvidos para estudantes com deficiência vão da privação total dos serviços educacionais até a participação igualitária em todos os aspectos do sistema educacional. Os indivíduos com deficiência passaram ao longo do tempo por várias fases/estágios que contribuíam para a evolução do atendimento. O quadro abaixo⁴ se refere ao atendimento a pessoa com deficiência.

⁴ Gráficos extraídos de: United Nations Committee on the Rights of Persons with Disabilities General Comment No. 4 (<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRPD/GC/RighttoEducation/CRPD-C-GC-4.doc>).



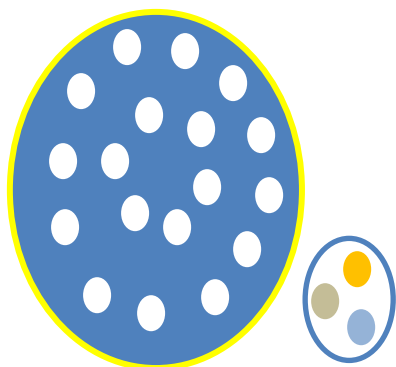
A exclusão: A exclusão escolar ocorre quando o aluno com deficiência é direta ou indiretamente privado do seu direito a qualquer forma de escolarização.

Na era pré-cristã, os deficientes eram abandonados, perseguidos; já na era cristã, o atendimento varia entre caridade ou castigo, isso dependia da comunidade em que eles estavam inseridos.

Segundo Nascimento (2000, p.33), a exclusão tem sido um dos maiores obstáculos para a caracterização do ideal de igualdade da pessoa com deficiência. Este estágio inicial é marcado pela negligência e escassez de atendimentos voltados aos indivíduos com deficiência. Ainda segundo o autor supracitado, a exclusão social resulta na discriminação ou até mesmo na rejeição, pois, tais grupos, não são excluídos formalmente de seus direitos.

A exclusão pode ser definida como um fenômeno social e não individual, ou seja, pode ser encontrada nos mesmos princípios que foram base para a construção da sociedade moderna. Porém, acredita-se que, para que se haja uma quebra desse modelo excludente, é necessário que aconteça uma ruptura em sua base estrutural da organização e sistematização dos diferentes espaços escolares, assim, podendo objetivar a possibilidade de inclusão de todos indiferente de sua condição.

Para Chaves (2013, s/p), a palavra exclusão surge no final do século XX, passando a conceituar alguns objetivos, principalmente entre as ciências sociais, sugerindo que a própria palavra já definisse o que se planeja. Não existe uma definição ou um termo correto para se designar a palavra exclusão, pois a mesma é empregada de forma aleatória e em qualquer situação a qual se refere às minorias: deficientes, sem teto, desempregados, homossexuais e etc.

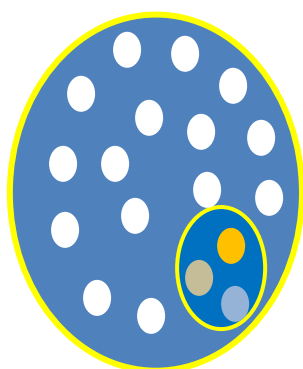


A segregação: A segregação ocorre quando a escolarização de estudantes com deficiência é oferecida em ambientes separados, como as escolas especiais, isolados de alunos sem deficiência.

Ao analisar a história da humanidade, podemos observar como a pessoa com deficiência foi vítima da segregação. O foco da seleção dava ênfase a sua incapacidade ou a sua “anormalidade”. Segundo Miranda (1999, p.79): tentar minimizar a prática da segregação, da exclusão, a Educação Especial implementou determinados mecanismos que categorizam o portador de deficiência, o que não escapou de rotulações. Inicialmente, falava-se em excepcionais, depois em deficientes, mais adiante em portadores de deficiência, e, depois, em portadores de necessidades especiais, chegando-se hoje, com a política Nacional de Educação Especial (1993), a portadores de necessidades educativas especiais.

Segundo Bueno (1997, p. 38), com o surgimento da educação especial no século XVIII, o atendimento apresentava dois tipos de interesse: oferecer escolaridade para as crianças anormais e ao mesmo tempo servir de instrumento básico para a segregação do indivíduo deficiente.

Ainda segundo o autor acima mencionado foi colocado nos Anais do 1º Congresso de Saúde Escolar, a necessidade de que fossem criadas salas especiais com um número reduzido de alunos para atender os deficientes, “já que a deficiência mental constitui um sério empecilho à redução do número de repetentes” (BUENO, 1993, p.31).



A integração: A integração seria processo onde se insere os estudantes com deficiência no sistema regular de ensino com atendimento em salas exclusivas (e atividades específicas) às pessoas com deficiência.

A integração consiste na inserção dos indivíduos na sociedade, ajudando-os e os capacitando para os desafios que estão por vir. Portanto, segundo Coimbra (2013, p.23), a integração não corresponde apenas ao pleno exercício de seus direitos de cidadania, mas a um esforço unilateral por parte do portador no sentido de se adequar à sociedade, que se manteria em certo nível inalterada. Na fase da integração surgiu a ideia de que a criança deveria ser educada até o limite de suas potencialidades. Segundo MEC (2005, p. 18):

O conceito de integração, que se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de forma que esta pudesse vir a se assemelhar, o mais possível, aos demais cidadãos, para então poder ser inserida, integrada, ao convívio em sociedade.

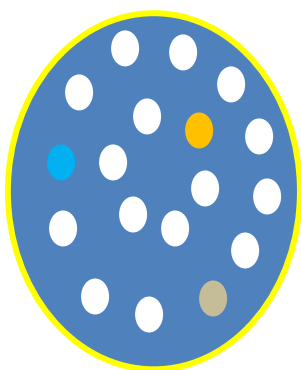
Com isso, a palavra integrar significa colocar o sujeito como sendo alvo de mudança, ainda tomando como necessária a efetivação de mudanças na comunidade e nas práticas sociais. Assim, fica entendido que a comunidade deveria/deve se reorganizar para poder oferecer aos deficientes, serviços e recursos necessários para viabilizar as modificações para melhoria da aprendizagem e do atendimento.

De acordo com MEC (2001, p. 16-17), o modelo de atenção para a pessoa com deficiência ficou conhecido como o Paradigma de Serviços, caracterizando-se pela oferta de serviços, cuja organização inicial foi organizada em três etapas:

- a primeira, de avaliação, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitaria Paradigma de Serviços ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
- a segunda, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;
- a terceira, de encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade.

A criação desse paradigma se efetivou nas escolas especiais desde o início de sua criação, como também nas entidades assistenciais e centros de reabilitação. O paradigma da institucionalização se manteve firme por vários séculos. Já o paradigma de serviços, iniciado nos anos 60, começou a enfrentar críticas advindas da academia científica e,

surpreendentemente, das próprias pessoas com deficiência que já estavam organizadas em associações e outros órgãos de representação.



A inclusão: a inclusão é um processo o qual o sistema teve de passar por uma reforma, se aprimorar, modificar e aperfeiçoar os métodos de ensino, suas abordagens, estruturas e estratégias de educação a fim de superar as barreiras antes impostas, com o intuito de oferecer a todos os estudantes uma experiência e um ambiente de aprendizado igualitário, atendendo às demandas de cada aluno e deficiência e preferências.

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva objetiva não somente se manter entre as políticas e organização da educação especial/regular. Segundo a autora, o que acaba questionando, também, o conceito de integração, pois ela não é compatível com a *integração*, sabendo que ela se mantém sobre a perspectiva radical de inserção escolar, completa e sistemática. Sendo assim, todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

Com isso, a inclusão resulta em uma mudança no que se refere às perspectivas educacionais, sabendo que ela não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que estes venham a obter sucesso no nível de aprendizado recorrente as práticas educativas em geral.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO HUMANO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Há uma preocupação voltada a educação em direitos humanos que vem ganhando ênfase cada vez mais no Brasil, isso em relação ao campo de políticas públicas e organizações da sociedade civil. Segundo Candau (2007) as iniciativas são realizadas em múltiplos espaços como: seminários, cursos, palestras, fóruns, etc, nas diferentes partes do país, promovidos por universidades, associações, movimentos, ONGs e órgãos públicos. Pode-se considerar que a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) tem sido fundamental para diversas modalidades de educação

Considerando a relevância da pesquisa promovida no continente latino-americano pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) da Costa Rica, no período de 1999-2000 com atenção voltada para o Brasil, um dos países que passaram por um processo de democratização depois de experiências como a ditadura nos anos 80 foi incrementado um documento voltado ao fortalecimento dos direitos humanos e dos regimes democráticos no país.

Porém, a realidade de entrada em nosso país é completamente diferente, apresenta moldes diferentes dos propostos pelo IIDH. O espaço político, social, cultural e ideológico aproxima-se à forma de ver e julgar o mundo social com práticas neoliberais e de enfraquecimento civil o que se acentua com desigualdades sociais, discriminação e exclusão de grupos socioculturais e de um caminho concreto para a construção social e política. Diferente dos anos 80, onde a maior parte das experiências de educação em Direitos Humanos foram promovidas por ONGs consideradas progressistas segundo Candau (2007, p. 3),

a década atual está marcada por uma grande entrada dos governos, no nosso caso do governo federal, na promoção da educação em Direitos Humanos. Neste novo cenário é importante analisar e debater as questões relativas ao sentido da educação em Direitos Humanos e os objetivos que pretende alcançar.

A educação passou a ser reconhecida também como um processo de humanização e disseminada no âmbito jurídico internacional como sendo um direito humano, mesmo tendo este direito como norma a ser seguida em documentos oficiais o que garante a sua efetivação, este do ponto de vista formal, apresenta-se de maneira problemática, precária, e insatisfatória levando em consideração algumas vezes a prática. Segundo Nozu, Icasatti e Bruno (2018, p.23),

Nessa direção, pesquisas têm evidenciado, sob diferentes enfoques e perspectivas, elementos para se (re)pensar a trajetória e os fundamentos da educação enquanto um direito humano, o trânsito da educação entre os princípios da igualdade e da diferença, a ideia de educação básica, os mecanismos de efetivação do direito à educação pela via judicial, a obrigatoriedade do ensino às crianças e aos adolescentes dos quatro ao 17 anos, a perspectiva dos estudos comparados sobre o direito à educação.

Falando sobre o direito a educação inclusiva, tem-se observado discussões e estudos sobre esta proposta nos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos, a reconfiguração e implementação de políticas inclusivas no cenário brasileiro e percebido a diferença entre o previsto e o praticado.

A educação se fundamenta pelo discurso já feito e por sua responsabilização pelo desenvolvimento das pessoas, da sociedade, objetivando a preparação dos sujeitos para de fato exercerem a cidadania e assim, a qualificação para o trabalho.

Como já foi levantado nesse trabalho, a educação é reconhecida como sendo um direito humano, e isso a coloca com maior importância dentro do cenário jurídico-político.

É reconhecido como direitos humanos aqueles que zelam pela vida e dignidade do ser e que devem ser garantidos a todos em virtude da condição de seres humanos. É com base nesses direitos que se pretende evitar a continuidade de casos relacionados a desrespeito ao direito a vida, a educação, à saúde, trabalho, lazer, segurança, assistência social, dentre outros que garantam a dignidade do (ser) humano.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), publicada em 1948, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tratou de diversos direitos básicos para que se alcançasse o pleno desenvolvimento da cidadania e dentre os direitos discutidos, o direito a educação.

Os Direitos Humanos enfrentavam grandes sequelas, pós-segunda Guerra Mundial, o que foi um dos motivos para que se construísse um pensamento que revestisse a pessoa com dignidade e a garantisse direitos mínimos, o que eram desconsiderados antes, durante e após a guerra.

Para dar força a esse pensamento, exigibilidade, executividade e obrigatoriedade, os Estados e seus respectivos governantes foram claramente orientados a seguirem o rol de direitos expressos no documento universal firmado por todos os países. Este documento tem/tinha-se como pretensão dar um basta nas atrocidades cometidas contra a dignidade humana.

Em virtude disto, e levando em consideração o contexto da DUDH, a violação das liberdades mínimas não deveria mais acontecer e os direitos humanos se constituiriam a partir da concepção de dignidade da pessoa onde mostra que todos devem ser tratados com igualdade.

Em seu Artigo 26, a DUDH estabeleceu que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU, 1948)

Segundo o Artigo 26 da DUDH a educação está sendo referida pelo termo instrução, a declaração também instrui que deve ter acesso obrigatório e gratuito aos níveis elementares, deixando claro que este direito a instrução é um direito que deve ser atribuído a todo ser humano. A obrigatoriedade desse direito lida com a igualdade de todos em relação ao conhecimento e também com a diferença que existe entre as pessoas para que o objetivo maior da educação se realize, ou seja, segundo Schilling (2008, p.274) para que haja a possibilidade de conviver entre diferentes.

Em 1990, foi aprovado o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9.394/1996). Em suas disposições preliminares o ECA na sua lei n. 8.069 de julho de 1990 afirma a proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança até 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos. Esta lei ainda afirma que é dever da família, comunidade, sociedade e do poder público tornar legíveis o direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar, estes direitos devem ser tratados como prioridade nas políticas públicas, nenhum direito a criança ou adolescente deve ser negligenciado.

Segundo Fernandes e Paludeto (2010, p. 236)

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, que compreende: direito de ir e vir; de opinião e expressão; de crença e culto religioso; de brincar, praticar esportes e divertir-se; de participar da vida comunitária sem discriminação. É dever de todos zelar pela dignidade de ambos, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano ou violento.

O Estatuto também prevê que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo de obrigação dos órgãos públicos o pleno desenvolvimento da pessoa preparando-a para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, mantendo segura à igualdade de condições de igualdade, acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência; como também é dever do Estado assegurar o ensino fundamental obrigatório e gratuito. Os pais tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Assegurar o direito à educação significa não só o acesso e permanência, mas a qualidade do ensino, estruturas escolares adequadas, condições básicas de trabalho aos profissionais da escola, enfim, tornar as leis um fato, ou seja, sair do texto e se direcionar para o contexto (FERNANDES; PADULETO, 2010, p. 238).

Portanto, o acesso e a permanência na escola se tornam uma das maiores discussões que rodeiam os direitos humanos voltados a educação. Por outro lado, concentram-se também aquelas que do âmbito moral e ético, onde se defende que esses valores deveriam se apresentar como intrínseco ao processo da educação, ou seja, esses processos não se tratam de como ensinar, mas sim, de quais princípios se baseiam a educação.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) prevê que o direito a educação é um direito de todos ainda determina que todos, sem exceção devem gozar deste direito com condições de igualdade, de forma obrigatória e ainda gratuita.

Em 1994, o discurso direcionado a uma educação para todos, passa a ser mote para a idéia de uma escola inclusiva, com isso temos a publicação da Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca é considerada como sendo o ponto inicial e certidão de nascimento da educação inclusiva, esta declaração convoca as escolas a adotarem estratégias para satisfazer a diversidade de necessidades, características, interesses, habilidades e potencialidades de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas, intelectuais, etc (UNESCO, 1994).

Na lógica da UNESCO, todas as pessoas são consideradas público-alvo da educação inclusiva, porém, deve-se considerar o processo histórico de vulnerabilidade e exclusão no processo de escolarização. A Declaração de Salamanca dá ênfase aos alunos denominados com necessidades especiais. No entanto, para Bueno (2008, p. 50), o termo "necessidades educativas especiais" abrange sem sombra de dúvida a comunidade com deficiência, porém

não se restringe a ela, a declaração de Salamanca “crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados” (UNESCO, 1994).

Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006), a educação em Direitos Humanos é compreendida como sendo um processo sistemático multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, o que articula diferentes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. (Brasil, 2006)

O documento de 2006 assinala que a educação compreende um direito em si mesmo e ainda como um meio indispensável para o acesso a outros direitos. Segundo o (PNEDH) de 2006, a educação se torna mais importante ao impulsionar pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, o que valoriza o respeito de grupos socialmente excluídos. É possível observar ainda que esta concepção de Educação busca efetivar a cidadania plena buscando a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de valores e justiça social.

Segundo Mantoan (1999, p.25), para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino passem a eliminar as barreiras construídas no passado e comecem a adotar práticas de ensino que se adequem às diferenças dos alunos em geral, sendo ainda, capaz de oferecer alternativas que contemplem a diversidade e as especificidades de cada aluno. Além do preparo profissional, é preciso que as instituições também possam oferecer equipamentos especializados e que atendam a todas as necessidades educacionais do educando, seja ele, com ou sem deficiência, sem discriminação.

A partir deste discurso, ainda é possível salientar que todos os cursos de formação de professores devem passar por modificações em seus currículos, isso para que futuramente os novos educadores possam desenvolver práticas de ensino adequadas às diferenças.

É possível dizer, com isso, que a inclusão escolar não se insere no paradigma tradicional de educação a qual estamos habituados, a escola se diz estar preparada, porém continua com as mesmas práticas excludentes e pouquíssimas adaptações. Assim sendo, podemos voltar o nosso pensamento em direção à formação do professor, essa formação/preparação necessita de propostas profissionalizantes diferentes das já existentes. Desse modo, Mantoan (2003, p. 44) pontua:

Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

O professor é um eterno aprendiz, assim como os alunos, os professores aprendem a partir da curiosidade. Por isso a proposta de formação parte do professor, ele deve se sentir motivado a saber fazer, a motivação do profissional em conseguir conhecimento e experiências, adaptar as práticas pedagógicas para de fato se sentir preparado para entrar em contato com a educação inclusiva ou em qualquer outra inovação educacional. Pode-se ainda dizer, que o exercício constante de compartilhamento de ideias e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola se torna uma das chaves essenciais para o aprimoramento do exercício. Por isso, Mantoan (2003, p. 45) afirma:

O fato de professores fundamentarem suas práticas e seus argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que, muitas vezes, são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial e outras opções segregativas de atendimento educacional.

Com isso, o autor acima referido ressalta a necessidade de os professores formarem grupos de estudos nas escolas, tanto para discussão quanto para que se tenha uma compreensão dos problemas educacionais existentes. Estes grupos devem ser formados espontaneamente e no horário em que estão na escola. Mantoan (2003) esclarece que essas reuniões têm como objetivo a troca de experiências, o que faz surgir interesses comuns entre alguns professores, gerando o aperfeiçoamento do modo de como trabalhar em sala de aula. A formação e o desenvolvimento profissional das competências do professor tendem a resolver

possíveis problemas pedagógicos, não com solução imediata ou instantânea, mas algo que se vai construindo.

Segundo Rodrigues (2012, s/p.), a educação inclusiva no Brasil encontra muitos desafios no seu processo de implantação, estes que são refletidos na possível falta de preparo de professores e professoras. Com a entrada de pessoas com deficiência nas escolas regulares, muitos docentes passaram a se sentir confusos e despreparados para receber esses estudantes e mais ainda, incapazes de trabalhar com propostas que atendam às necessidades e demandas de cada aluno. Ainda para Rodrigues (2012, s/p), o reconhecimento de dificuldades na formação docente para a educação inclusiva deve ser não uma justificativa para os fracassos, mas um motor para a construção de experiências bem-sucedidas. Desta forma para que esse professores se adequem à educação inclusiva é necessário que haja uma mudança na formação, elaborando a criação de novos conteúdos pedagógicos que tem como objetivo a interação entre o aluno e suas limitações.

5 ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB

Por meio do decreto n° 6949/2009 o Brasil ordena oficialmente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Este decreto tem o objetivo de assegurar e garantir o acesso das pessoas com deficiência a um sistema de educação que garanta a inclusão de todos e em todos os níveis de escolarização e ainda o compromisso em adotar medidas que venham a garantir condições para sua efetiva participação no âmbito escolar. Ainda deve ser assegurado que estes alunos com deficiência não sejam excluídos do ensino regular por razão das duas especificidades, as quais, estão inseridas nos documentos oficiais brasileiros:

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular (BRASIL, 2010, p. 5).

É exigido das escolas (onde as salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são implantadas) que estas estejam equipadas com materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos, para serem ofertados à educação especial. O professor responsável deve entender as limitações que seus alunos irão apresentar: dificuldade de leitura, escrita, fala, deficiência intelectual, autismo, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outras.

Por meio da resolução n°/2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE) é estabelecido ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, segundo o Art. 5° que o AEE:

é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2010, p.5)

A concepção de educação inclusiva exige que a escola deva cumprir sua função social capaz de construir uma proposta pedagógica valorizando as diferenças, ofertando a

escolarização do aluno em classes comuns e o atendimento às necessidades específicas dos seus alunos.

Com isso, para entendermos como funciona a educação inclusiva no município de Monteiro-PB, primeiramente foram preparados três questionários, sendo eles para diretores, professores e mães de alunos. Porém, ao visitar as escolas que contemplam as salas do AEE e falar com os gestores e professores, houve uma relutância em responder as entrevistas, sendo elas de forma oral ou escrita. Desculpas como: “Não posso!”, “Não tenho tempo!”, “Não entendo de educação inclusiva!”, foram utilizadas como meio de fugir da aplicação deste instrumento de coleta de dados.

Como alternativa, procuramos os responsáveis pelos coordenadores e psicopedagogos das salas de AEE do município e foram feitas três entrevistas, uma com a coordenadora do AEE, outra com a psicopedagoga do Núcleo de Assistência Psicossocial Educacional (NAPSE) e a última sendo com uma professora da sala do AEE.

Além disso, também realizamos três entrevistas com três mães, buscando entender como é a interação, integração, inserção do aluno na sala de aula regular e na sala de Atendimento Educacional Especializado. Dentre uma tentativa e outra de entrevista, procurou-se saber se havia a possibilidade de fazer observações sem intervenções, em uma sala do atendimento especializado, mas como justificativa válida, a professora foi sincera ao dizer que algumas crianças poderiam não aceitar a presença de um estranho na sala.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Monteiro-PB do ano de 2014, dentro do Cariri Paraibano, Monteiro-PB é uma das cidades pioneiras no atendimento educacional especializado. A cidade possui cinco salas de atendimento presentes na zona rural e quatro na zona urbana, que estão situadas nas escolas: Professora Maria do Socorro Aragão Liberal, Professora Adalice Remígio Gomes, Tiradentes, Professora Laura Lopes Frazão e a Creche-escola Dr. Fernando B. Paraguay.

Segundo a Coordenadora do AEE a procura nas escolas municipais pelo atendimento educacional especializado vinha, a cada ano de matrícula, aumentando, então, com a iniciativa da secretaria de educação de Monteiro, se fez a necessidade de criar uma equipe multidisciplinar para dar assistência às famílias e alunos do AEE. A partir de então, surgiu o NAPSE, que segundo a coordenadora, este núcleo é criação do município de Monteiro, sem recursos governamentais ou estaduais. O NAPSE tem como objetivo acompanhar o aluno na adaptação e inclusão na rede regular de ensino, como também oferecer atendimento educacional especializado e orientação familiar.

5.1 Caracterização dos espaços

As escolas escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa estão localizadas na cidade de Monteiro-PB situadas na zona urbana. As estruturas físicas das escolas são bem conservadas o que facilita o acesso das pessoas com deficiência, assim como o acesso de cadeirantes ao local.

A sala ou Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE) está inserido dentro da escola com recursos didáticos e pedagógicos, de acessibilidade e equipamentos especializados para suprir qualquer necessidade do deficiente. A sala do AEE tem seu espaço específico, em algumas escolas estas salas estão localizadas em Anexo, contam com professores preparados e dedicados exclusivamente para o atendimento destes.

5.2 Analisando a questão da inclusão no Sistema Educacional de Monteiro

Ao iniciarmos este trabalho ficou claro que a temática deste seria inclusão e formação de professores. Os entrevistados selecionados para compor o universo desta pesquisa mostraram ter conhecimento e domínio ao abordar esse tema, ficando evidente que é através da educação que se pode garantir inclusão e formação de qualidade as pessoas com deficiência e de fato inseri-las na sociedade.

Analisando o caminho que foi trilhado pela educação, pode-se dizer que nem sempre foi assim como temos no caso em estudo, pois houveram falhas no sistema, e com isso, a necessidade de adequações e mudanças para que de fato suprissem a carência existente de maneira prática para contribuir com o desenvolvimento efetivo do aluno com deficiência.

Surgindo novos caminhos para a educação que contribuem para o seu desenvolvimento, desde o acesso à informação e o enfrentamento do preconceito, contando também com a contribuição de profissionais de diversas áreas envolvidas com a educação e saúde.

Como citado nos trechos dos dois depoimentos a seguir.

Como se constrói uma sociedade inclusiva e como isso pode contribuir para a educação nesses novos tempos?

“Bom! A sociedade inclusiva, ela se constrói com informação, primeira coisa, sociedade já está dizendo: é um conjunto de regras onde vai ter que se adaptar a esse

novo olhar, então, acho que informação é tudo, todas as instituições, todas as pessoas precisam ter informações e garantir os seus direitos. Agora como isso pode contribuir para a educação nesses novos tempos é da seguinte forma: quando a gente informa, se informa, com essas novas leis que agora tem e que garante esse direito, acaba por contribuir para a educação, porque esse novo tempo, é um tempo que respeita a diferença.” (Coordenadora do NAPSE)

Em consonância com o a resposta que obtivemos da coordenadora do NAPSE está a resposta da professora do AEE também psicopedagoga.

“Educação inclusiva, é tratar todos, mostrar as pessoas que mesmo que ou outros tenham suas deficiências eles são capazes de estar junto com outras pessoas, mostrar um mundo melhor, que o mundo pode ser todos juntos, podemos melhorar, um ajudar o outro tratar todos como seres humanos.” (Professora do AEE 1)

“Através de programas que se preocupem em incluir essas pessoas que necessitam de uma atenção especial, na sociedade. Já vem sendo construída, pois vemos escolas adaptadas, salas com recursos, formações de gestores e educadores para receber essas pessoas que precisam dessa educação especial, materiais pedagógicos , apoios para ajudar em sala de aula aos professores” (Professora do AEE 2)

Segundo Maria Teresa (1996) inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula. Para os dois trechos selecionados podemos reconhecer que a teoria está se aplicando Na prática, temos que respeitar as diferenças, tratar todos como seres humanos, à inclusão está ai para isso, melhorar a qualidade de ensino, dignificar as pessoas com deficiência, a inclusão não atinge um só aluno, ela atinge todos, a escola, o seu núcleo.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.39)

Incluir é inovar, é verdade que temos medo daquilo que é novo, do desconhecido, mas estamos frente a modernização dos sistemas de ensino e cada vez mais a demanda de matrículas para alunos com deficiência aumenta, nas pesquisas acima pode-se ter uma ideia de quantos alunos são atendidos nas salas de AEE, sem contar em mais quantos estão nas listas de espera. Maria Teresa fala sobre uma reestruturação das condições atuais das escolas,

sim, isso reafirma o quanto se tem a melhorar, mas podemos dizer que estamos a passos largos para isso.

Com isso temos.

O que é a sala do AEE?

“O AEE é o atendimento educacional especializado que é ligado diretamente as escolas então esse AEE aqui na Escola Maria do Socorro Aragão ele atende as escolas que ficam aqui na vizinhança que ficam mais próximas, porque nós não temos tantos AEE aqui em Monteiro que atenda a demanda de todas as escolas, porque o certo era que nós tivéssemos um em cada escola.

Então nós temos essa ligação também, principalmente ela é relacionada a escola a aprendizagem, mas nós também temos o vínculo com o NAPSE, nossos alunos quando precisam de outros especialistas, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, TEO que terapeutas educacionais, então fazemos essa parceria, porque todos eles fazem parte da prefeitura municipal de Monteiro” (psicopedagoga do AEE)

5.3 Vida Familiar

Na pesquisa, acerca do tema família, ficou claro de que existe um apoio significativo dos pais, desde o início da identificação da deficiência até ao que se refere a busca por tratamentos especializados.

Podemos dizer que a deficiência dos filhos motivou seus pais a enfrentarem os obstáculos, assim como podemos colocar a mãe como sendo uma figura marcante nesse cenário, em nenhum momento das entrevistas as três mães falaram de faltas, sejam elas de recursos econômicos ou de profissionais especialistas.

Quando e como você descobriu que seu filho apresentava/possuía essa deficiência/dificuldade?

“3 anos/ Através das atividades escolares e pela experiência de atender pessoas com deficiência nós começamos a ter noção de que ele poderia apresentar algum tipo de dificuldade ou até mesmo uma deficiência, daí para que nós tirássemos a dúvida e tivesse certeza de um diagnóstico preciso mais levamos para uma psicopedagoga, sendo assim confirmada a suspeita de dislexia.” (Pai1)

O direito a escola é algo que está presente na Constituição Federal e assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque você acha importante que seu filho frequente a escola?

“A importância de ser incluído dentro de um sistema de ensino é muito importante, tanto pelo fato de convivência com outros alunos como para o desenvolvimento de habilidades, através do processo de inclusão na escola o aluno pode vir a ser beneficiado em várias áreas do conhecimento independente de ele ter ou não deficiência, essas habilidades podem ser adquiridas na escola com a convivência efetiva com outras pessoas, claro que o processo de inclusão mesmo sendo lei ainda falta muito para ter seu êxito completo dentro do processo educativo, porém acredito que ainda seja o melhor meio para que crianças e pessoas com deficiências em geral adquiram tais habilidades.” (Pai 1)

A atenção, a procura por tratamentos e recursos educacionais torna evidente o esforço da família na luta para enfrentar a deficiência. A descoberta não é fácil: o pai 1 e mãe 1 não retiveram seu filho dos direitos básicos dele, ao contrário, procuraram oferecer o melhor para seu filho.

“Descobri que ele tinha essa deficiência, assim, porque ele sempre foi uma criança normal, quando ele estava no prezinho no segundo ano, a professora disse que não entendia o que ele falava, quando ele estava com mais ou menos 5 anos me falaram de novo, decidi ir na fono, mas ela me falou que era muito cedo pra falar, que a criança tem até 6 anos e meio para falar, quando ele foi para primeira serie a professora falou comigo ai eu procurei, procurei a fono Mariana lá no CEMED, e ela fez uma avaliação nele e falou para mim: “mãe, eu acho que ele tem dislexia”. Eu nunca tinha ouvido falar nessa palavra, mas ela encaminhou para o neuro pediátrico e depois disso, eu comecei a buscar tratamento.” (mãe 1)

5.4 Inserção no cotidiano social e escolar

Nas entrevistas o pai 1 e mãe 1 se referem ao AEE ou ao NAPSE revelando a qualidade dos seus trabalhos pedagógicos. A valorização dos recursos clínicos e educacionais e a estimulação da socialização pelas instituições é claramente exposta por essas mães e pelos profissionais que trabalham, havendo uma pequena exceção em relação ao pai 1 e mãe 2 que dizem em seu depoimento que ainda falta muito para se estar capacitado para incluir.

Como é a relação do seu filho com o professor e seus outros colegas?

“Hoje estando no 2º ano do fundamental I, a professora não motiva os alunos a praticarem diferentes atividades, para que de forma dinâmica e lúdica eles consigam compreender o conteúdo e isso torna o aprendizado mais difícil para meu filho, ou seja, talvez ele não tenha um “apego” de entrosamento com ela, mas com relação aos colegas de sala meu filho é bastante entrosado em sala de aula suprindo a necessidade de comunicação com os colegas normalmente.” (Pai 1)

“O mais normal possível a professora o trata normalmente, ele participa de todas as atividades, e inclusive ajuda em tarefas diárias como o ajudante do dia.” (Mãe 2)

“Ótimo! É muito boa a relação dele com os professores e com os colegas, até porque a deficiência dele não é tão perceptiva.” (Mãe 1)

Os registros bibliográficos trouxeram conteúdos valiosos para realizarmos a análise do processo de inclusão das pessoas com deficiência neste estudo e as entrevistas e questionários contribuíram para trazer veracidade aos dados. Da vida familiar e escolar à vida inclusiva, os relatos revelam marcas positivas em alguns casos negativas, porém mostrando os quantos já cresceram e o quanto precisamos crescer pais, professores, profissionais da saúde contribuíram e contribuem para o sucesso da inclusão.

A partir de relatos sobre a inclusão bem-sucedidos percebe-se que as crianças se encontram hoje inseridas e inclusas nas suas respectivas instituições de educação, recebendo atenção e assistência necessária.

Como já foi mencionada no início deste trabalho a crescente demanda de procura pela escola inclusiva enfrenta questões complexas, como: atendimento a diversidade, preparo tanto de alunos normais quanto de professores para lidar com a deficiência.

As mães dos alunos consideram que o atendimento das instituições especializadas do AEE e do NAPSE fez toda a diferença, os alunos estão integrados e inclusos no sistema educacional regular com apoio de funcionários capacitados para recebê-los, hoje estão alfabetizados e convivendo com os demais. Destacam os projetos pedagógicos trabalhados voltados para a deficiência de cada aluno trazendo condições para a aprendizagem escolar.

Assim como os psicopedagogos e professores afirmam em suas respostas, a socialização na escola regular contribuiu para a integração e identificação do outro, a convivência estimula os alunos a acompanhar o cotidiano escolar.

Os relatos indicam certo nível de integração com os grupos dos alunos normais mantendo a identificação com os iguais. Aceitar ser diferente e se enriquecer.

O desafio da inclusão não aponta apenas a necessidade de garantir espaços nas escolas, mas sim, de reconhecer mudanças significativas na legislação, pois percebem que há pouca informação sobre a deficiência na sociedade. Aos poucos estamos nos apropriando desse conhecimento passando a ter maior participação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As temáticas inclusão e deficiência vêm cada vez mais despertando interesse na sociedade, mostrando mudanças no olhar para as pessoas deficientes. A escuta e a análise tanto das entrevistas quanto dos questionários ofereceram-nos a oportunidade de abrir os olhos e apreender caminhos dificultadores e facilitadores da inclusão.

As narrativas sobre inclusão nos revelam um sentimento de satisfação dos sujeitos. Num dos depoimentos das mães, ao falar das conquistas também são denunciadas as carências do sistema.

A escola inclusiva depende do compromisso e avaliação dos educadores. Exige, além disso, vontade e políticas públicas para que de fato haja mudanças, também experienciam o apoio e interesse de alguns professores possibilitando oportunidades de mudanças.

Oportunizar, gerar mudanças, não significa apenas garantir a matrícula, mas sim, efetivar a inclusão escolar das pessoas com deficiência, elevar a qualidade da educação, envolvendo a atenção a todos os alunos.

Foram muitos depoimentos de superação que trouxeram a esse trabalho valiosos registros de experiências com deficiência na vida escolar. Pode-se dizer que foram enfrentados barreiras, preconceitos e discriminação da sociedade e isso demonstra a luta pela inclusão e que isso é vivido no plano pessoal do cotidiano, este trabalho ainda reflete a condição histórica desse grupo social. Isso tudo reflete algumas identificações fazendo repensar o nosso compromisso enquanto educadores, cidadãos e profissionais da área da Educação Inclusiva.

Para os sujeitos dessa pesquisa os caminhos para a inclusão foram garantidos, mas, em análise com o restante, ainda temos milhares de pessoas que se encontram excluídos do processo. Os sujeitos dessa pesquisa em comparação com o restante da população brasileira encontram-se privilegiados.

Os desafios encontrados por alunos com deficiência no cotidiano escolar precisam ser refletidos pelos seus professores, precisa que se tenha um olhar transformador, tendo em mente que este é um problema que se é enfrentado dia após dia, se preparar para receber um público que já sofre tantas discriminações da sociedade, está preparação é importante para que estes estudantes cheguem a escola e se sintam acolhidos e respeitados.

A educação inclusiva no âmbito escolar é importante não só para a inclusão, mas também para a cidadania, pois isso acarretará no respeito, na aceitação das diferenças entre as crianças e adolescentes no contexto escolar, provoca a compreensão do outro.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos / Maria Salete Fábio Aranha.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA JÚNIOR, J. R. L. **Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas / José Ribamar Lopes Batista Júnior.** – Pipa Comunicação, 2016.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil.** Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 359-379, abr./jun. 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006.

_____. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; MEC, 2006.

_____. **Declaração e Programa de ação da Conferencia Mundial sobre os Direitos Humanos.** Viena, 1993.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Bueno, J. G. S. **Educação especial brasileira.** São Paulo: EDUC, 1993.

CHAVES, Marcelina da costa. **Diferenças entre conceitos e movimentos de exclusão.** 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/diferencas-entre-conceitos-e-movimentos-de-exclusao/49213>> Acesso em 25outubro 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas.** 2007. Disponível em: <http://bit.ly/1EbrbL8>. Acesso em: 20 set.19.

FERNANDES, Ângela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea.** Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Kanner, L. **A history of the care and study of the mentally retarded**. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher, 1964.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. **DAS MARGENS DO CENTRO: perspectivas educacionais no contexto da educação inclusiva**. Araraquara-SP: Junqueira&Marin 2010.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius, BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação inclusiva enquanto um direito humano**. Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Análise Histórica e Política, os Fundamentos do Ensino–Aprendizagem, a Influência do Brinquedo, Ambiente, Estímulos e a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13. pp 288-309 Janeiro de 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948.

RODRIGUES, Sonia Maria. **Educação inclusiva e formação docente**. 2012. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/>>. Acesso em 18 outubro 2018.

_____. **Temas transversais**. 2012. Disponível em: < <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/como-transformar-escola-redes-ensino/temas-transversais/#cursos-especializacao>> Acesso em 20 outubro 2018.

Secretaria Municipal de educação. **Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade**. Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado em Monteiro, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A Pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 18 outubro 2018.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista (coordenadora no NAPSE)

1. Quando se fala em educação inclusiva ou educação especial, existe alguma diferença entre os dois? A gente sabe que a educação especial no Brasil passou por quatro períodos: Exclusão; segregação; integração; inclusão. Podemos dizer que ainda de trabalha assim?
2. Como se constrói uma sociedade inclusiva e como isso pode contribuir para a educação nesses novos tempos?
3. A respeito da integração do aluno portador de necessidades específicas da aprendizagem, há alguma diferença entre, inclusão e integração? Se sim! Qual?
4. Quais ações como gestora escolar podem ser sugeridas para a inclusão que possam amenizar a exclusão do aluno na rede regular de ensino?
5. Sabendo que a inclusão ainda encontra barreiras e de certa forma, preconceitos, como você encara essas dificuldades?
6. Existe alguma escola especializada para crianças portadores de deficiência? Porém, que vantagens esses mesmos alunos teriam em estudar com crianças ditas normais em escolas regulares?
7. então a gente pode falar que aqui nesse caso de juntar um deficiente r um aluno normal juntos, a gente poderia dizer que a exclusão acaba por se desfazer?
8. A escola hoje está preparada para a inclusão?
9. O que é o NPSE e o que é o AEE?

APÊNDICE B

Entrevista professoras do AEE

1. O que é Educação Inclusiva?
 2. Como se constrói uma sociedade inclusiva? Como isso pode contribuir para a educação nesses novos tempos.
 3. A respeito da integração do aluno portador de necessidades específicas da aprendizagem, há alguma diferença entre inclusão e integração? Qual?
 4. Quais ações como gestora escolar podem ser sugeridas em relação a inclusão para que se amenize os efeitos da exclusão escolar do aluno na rede regular de ensino?
 5. Em relação as dificuldades e principais resistências, onde essas causas estão mais presentes e como elas dificultam o processo efetivo da inclusão?
 6. Sabendo que a inclusão ainda encontra barreiras e de certa forma preconceitos, como você encara essas dificuldades?
 7. Existem escolas especializadas para alunos portadores de deficiência, porém que vantagem estes mesmos alunos teriam em estudar com crianças ditas “normais” em escolas regulares?
 8. Em relação a proficiência intelectual ou quociente ou seja, a demonstração de um conhecimento, **competências e capacidades** do aluno, como se pode aliar isto a inteligência emocional sabendo que, a inteligência emocional está relacionada com a chamada "inteligência social", um indivíduo emocionalmente inteligente é aquele que consegue **identificar as suas emoções com mais facilidade**.? Qual a importância desses termos?
 9. A escola hoje, está preparada para a inclusão?
-

APÊNDICE C

Entrevista Mães

1. Qual a deficiência/dificuldade que seu filho apresenta?
2. Quando e como você descobriu que seu filho apresentava/possuía essa deficiência/dificuldade?
3. O direito a escola é algo que está presente na Constituição Federal e assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque você acha importante que seu filho frequente a escola?
4. Em relação a escola que seu filho frequenta, você faz visitas a ela com o intuito de fiscalizar se escola oferece um ensino adequado e que chegue a suprir às necessidades do seu filho?
5. Como é a relação do seu filho com o professor e seus outros colegas?
6. Você consegue perceber alguma evolução na aprendizagem do seu filho?
7. Seu filho já demonstrou alguma insatisfação referente ao seu tratamento ou aprendizagem no ambiente escolar?
8. Em relação a escola, você acha que ela tem o preparo necessário para o atendimento especializado?